

F. Fonseca Santos
R. Cidade de Beira, 48-41C
0800-070 Lisboa



Exmo Senhor
Presidente do Conselho de Justiça
de F.P.F.
Av. de Beira, 31 - 1º DT
1050-038 Lisboa

1032A22 1050-038



Frederico J. B. Fonseca Santos
R. Cidade da Beira, 48 – 4º C
1800 – 070 Lisboa

Lisboa,

ASS.: REPRESENTAÇÃO NAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA FPE DOS SÓCIOS
SEM DIREITO A DELEGADO PRÓPRIO

EXMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE JUSTIÇA DA FPE

Na qualidade de representante da Sala de Armas do CDUL, propus-me tomar parte activa na Assembleia Geral Ordinária da FPE de 21 de Dezembro p.p.
Para o efeito enviei por escrito, como em anteriores AG tinha feito, os pedidos de esclarecimento que iria pôr ao Sr. Presidente da Direcção.
Horas antes do início da AG, recebi da Srª Presidente da Mesa da Assembleia Geral a mensagem que a seguir se transcreve:

----- Mensagem encaminhada -----

De: **Maria João Figueiredo** <in148881@meo.pt>

Data: 21 de dezembro de 2016 às 11:51

Assunto: RE: PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS SOBRE O PLANO E
ORÇAMENTO PARA 2017

Para: Frederico Fonseca Santos <fredericofonsecasantos@gmail.com>, FPE PR
Frederico Valarinho <frederico@valarinho.com>, isabel.marques@fpe.pt,
jaime.vinha@citroen.com, alvarodiogo@ligacombatentes.org.pt

Bom dia, Sr. Engenheiro Fonseca Santos,

Sobre o assunto da sua mensagem de 18 de Dezembro, esclareço que a composição da Assembleia Geral da FPE foi alterada na sequência da nomeação de novos delegados, pelos sócios efectivos com representação directa, e da eleição de novos delegados, pelos restantes agentes desportivos, sendo esta nova composição a que vigorará na Assembleia Geral de hoje. Assim, como V. Exa. não foi eleito delegado dos praticantes, categoria a que concorreu, não poderá intervir na AG que irá realizar-se.

Por outro lado, aproveito a oportunidade para esclarecer, também, que a faculdade a que se refere o n. 7, do art.º 30.º dos Estatutos se encontra prejudicada para este quadriénio, uma vez que os sócios efectivos **sem representação directa** não tiveram direito à eleição de qualquer delegado, porque a quota de 28 delegados foi totalmente preenchida pelos delegados dos sócios efectivos com representação directa.

Com os melhores cumprimentos,

Maria João Figueiredo

Não concordando com a posição tomada, informei que iria comparecer na AG e ouvir de viva voz a decisão final. De facto não me foi permitido tomar parte activa, mas fui autorizado a permanecer na sala como observador.

As razões porque não concordo com a interpretação dos estatutos da FPE pela Srª Presidente da Mesa da AG são as seguintes:

*Isto é um contra-senso e não estava no espírito de quem aprovou os Estatutos :
Então se houve o cuidado de assegurar ao conjunto dos sócios com poucos participantes nas provas da FPE, portanto sem terem direito a delegado próprio, a eleição de 1 delegado representativo do seu conjunto, com direito a um voto nas AG, e a possibilidade dos sócios, desta forma representados, intervirem sem direito a votar, nas AG,*

porque razão nas circunstâncias adversas em que não possam ter um delegado comum também não possam intervir, ficando completamente a margem das decisões e do que se passa nas AG ? Os sócios com poucos praticantes, que são talvez os que mais precisam de apoio, não devem ter possibilidade de fazer ouvir a sua voz ?

Em face acima exposto, venho solicitar ao Conselho de Justiça que o favor de emitir um parecer sobre o assunto.

Com os melhores cumprimentos



(Esgrimista com a inscrição nº 75)